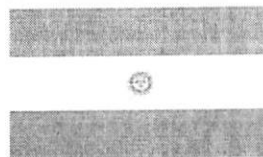




VII COMITE DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

**BERNARDO DE IRIGOYEN – DIONISIO
CERQUEIRA/BARRAÇÃO**



ATA FINAL

Na cidade de Bernardo de Irigoyen, Província de Misiones, República Argentina, no primeiro dia do mês de dezembro de 2015, realizou-se a VII Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Bernardo de Irigoyen – Barracão – Dionísio Cerqueira, presidida pelo Cônsul brasileiro em Puerto Iguazú, Conselheiro Roland Stille, e copresidida pelo Cônsul argentino em Florianópolis, Ministro Alejandro Verdier.

A reunião teve início com os cumprimentos do presidente e do copresidente a todos os presentes, em alocações que reforçaram a pertinência do encontro para a integração entre Argentina e Brasil, especialmente, para as populações locais. Segundo palavras dos cônsules, a intensa e vívida fronteira entre os países elevam a importância de temas como mobilidade transfronteiriça, educação, saúde, comércio, turismo e infraestrutura.

O Intendente de Bernardo de Irigoyen, Sr Nemésio Aquino, cumprimentou os participantes e as autoridades, ao tempo em que ressaltou o papel das discussões do Comitê de Fronteira como indutor do desenvolvimento local durante sua gestão. Também esteve presente ao encontro o Secretário Javier Cebrelli da Dirección de Límites e Fronteras da Chancelaria argentina.

No decorrer do evento, reuniram-se as seguintes comissões:

- Comissão de Comércio e Turismo
- Comissão de Infraestrutura
- Comissão de Facilitação Fronteiriça
- Comissão de Educação, Saúde e Cultura

Além de representantes dos setor privado e da sociedade civil, participaram das comissões autoridades públicas brasileiras e argentinas. A relação de presentes ao Comitê está disposta no ANEXO I.

Seguem abaixo os temas levantados em cada comissão.

I – COMISSÃO DE FACILITAÇÃO FRONTEIRIÇA

A Comissão discutiu sobre o Convênio em colaboração mútua em casos de catástrofes, incêndios ou acidentes. Sobre o tema, levantou-se a aprovação de lei argentina 26.523/2009, que prevê a colaboração entre as autoridades fronteiriças em atendimentos emergenciais. A lei argentina foi internalizada na legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 145/2011. No entanto, para que se dê aplicabilidade plena da legislação, faz-se necessária a regulamentação do artigo 7, parágrafo primeiro, do Decreto Legislativo.

Foi reiterada, ainda, a necessidade de dispor a passagem fronteiriça dos municípios de Paraíso e San Pedro de controladores brasileiros e de imigração

e aduana. Reforçaram, também, a necessidade de refuncionalização da Área de Controle Integrado de turismo no território argentino, nos termos do tratado bilateral sobre o assunto.

Os temas de implementação da carteira fronteiriça vicinal e do controle migratório através do Reconhecimento de Responsabilidades Recíprocas não puderam ser discutidos devido à ausência de representantes da Polícia Federal e da Dirección de Migraciones.

II – COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

A comissão propôs os seguintes temas:

1) Melhoria das Redes de telecomunicações e telefonia.

O lado brasileiro mencionou a existência de rede de fibra ótica e de telefonia celular na região, esta última com carências de funcionamento observadas, igualmente, na Argentina. O lado argentino, por sua vez, informou da finalização da rede federal de comunicação, que proverá serviço de fibra ótica à localidade de Bernardo de Irigoyen, cidade já incluída na rede de telefonia celular do país.

2) Infraestrutura Viária e Controles Fronteiriços.

O lado brasileiro informou acerca do aumento da superfície do centro de fronteiras e também do aumento de capacidade de acesso do referido centro. O DNIT, contudo, preocupa-se com a manutenção da infraestrutura desta facilidade, visto depender de contratação de empresas privadas.

O lado argentino gestiona a ampliação da Ruta 14 entre Bernardo de Irigoyen e Rotonda Dos Hermanas, aumentando a pavimentação da superfície da rodovia. Ademais, mencionou o tema da habilitação da ponte do Pepiri-Guazu. Em nível regional, têm-se realizado reuniões para se habilitar a passagem de veículos leves, enquanto solicita-se do Governo brasileiro que implemente controle migratório no local.

Foi criticado o não cumprimento do chamado Controle Integrado nos itens aduaneiros, de imigração e controle de cargas. Esta situação causa conflitos entre usuários e autoridades, acarretando aumentos dos custos operacionais, gerando igualmente engarrafamentos de caminhões em estradas vicinais e rodovias federais inaptas para tal situação, aumentando ainda o risco para segurança viária. Foi mencionado, também, que a lei 24449 proíbe o estacionamento sobre o acostamento. Por tais dificuldades, os transportadores preferem, muitas vezes, utilizar outras rotas, tanto argentinas, quanto brasileiras para o transporte de mercadorias, por preferir evitar longa espera para finalizar os trâmites aduaneiros locais, que podem levar até duas semanas.

3) Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto

Foi solicitado às autoridades brasileiras a promulgação do “Acordo de Cidades Fronteiriças Vinculadas”, firmado em 2005 e que inclui as seguintes localidades: Puerto Iguazú – Foz Do Iguazú, Andresito – Capanema, Bernardo de Irigoyen – Barracão - Dionisio Cerqueira, San Javier – Puerto Javier e Alba Posse – Puerto Magua.

4) Infraestrutura para a Área de Controle Integrado.

Tomou-se conhecimento do projeto de factibilidade de praça de transporte de cargas e serviços conexos, financiada pelo BID, no município de Bernardo de Irigoyen. No contexto desse projeto, a Dirección Nacional de Vialidad propõe a instalação de balanças para o controle de peso e dimensões de cargas.

III – COMISSÃO DE COMÉRCIO E TURISMO

A Comissão destacou a necessidade de consulados itinerantes, em datas fixas, por parte do Consulado brasileiro em Puerto Iguazú. Ainda, foi solicitado das Repartições consulares argentina e brasileira a viabilização ou facilitação do intercâmbio de experiências entre as populações fronteiriças, especificamente, experiências na área de cooperação, bem como o favorecimento da cooperação entre órgãos, tais quais o INTA, SIDASC, EPAGRI, EMATER.

A título de exemplo, citaram-se iniciativas nas área de agricultura e pecuária familiar nos Estados de Santa Catarina e Paraná, úteis às municipalidades argentinas que compartilham das mesmas características sociais e geográficas.

Foi proposta a elaboração de agenda cultural comum, que ressalte as características turísticas da região, de forma a se promover roteiro turístico regional comum. A comissão reiterou a importância de conscientização das autoridades públicas fronteiriças para a manutenção da beleza do parque turístico binacional.

Reforçaram, ainda, a importância do projeto Fronteiras Cooperativas, iniciativa dos municípios de Barracão, Dionisio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, além de empresários e autoridades de ambos países. O projeto atua nas áreas comerciais, de educação, de turismo, de formação de lideranças especificamente, elaborando políticas públicas, desenvolvendo empreendedorismo e conscientizando as populações locais. O projeto almeja aproximar-se do Comitê de Fronteira para que possam atuar conjuntamente no desenvolvimento da região.

RJ
K

IV – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA

Quanto ao tema da educação, a comissão concluiu que não houve avanço sobre a disseminação do ensino bilíngue na região. A esse respeito, foi proposta a ampliação do programa de formação continuada para professores dos municípios de Bom Jesus do Sul, Barracão e Dionísio Cerqueira para que se envolva também a municipalidade argentina. O programa poderia funcionar no âmbito do Projeto Jovem Empreendedores do Instituto Federal do Paraná. Há de reiterar-se que o projeto Fronteiras Cooperativas já iniciou trabalho similar.

Da mesma maneira não houve avanço sobre a questão da integração binacional entre instituições. Nesse sentido, propuseram-se que a província de Misiones e o Ministério da Educação articulem-se de modo a estabelecerem marco normativo que permita a matrícula de alunos argentinos no ensino médio no Instituto Federal, bem como a admissão de professores, independentemente da nacionalidade, na rede de ensino dos quatro municípios: Bom Jesus do Sul, Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen.

A respeito da área cultural, foi sugerida a expansão do Coral de los Niños, orquestra binacional já existente, por meio da participação mais intensa dos municípios brasileiros. Tais ações seriam levadas a cabo com a participação do Judiciário de Barracão.

Quanto ao tema da saúde, foram feitas as seguintes propostas:

1. Reativação do SISFRONTEIRAS;
2. Implantação do serviço da Anvisa, que contemple padronização do esquema vacinal para nacionais do Mercosul, bem como o fornecimento dos medicamentos;
3. Ações de prevenção de doenças por meio de campanhas integradas sobre drogas e doenças negligenciadas, assim como DST;
4. Promoção de campanhas sobre exploração sexual, violência intrafamiliar e outras formas de violência;
5. Adequação do Centro de Atenção Psicossocial de Dionísio Cerqueira para atender as populações dos municípios fronteiriços;
6. Reativação dos consulados itinerantes;
7. Promoção de programa assistencial nos moldes do Bolsa Família que atenda, indistintamente, a todos os municípios fronteiriços;
8. Implementação de ações de promoção de saúde e qualidade de vida da população idosa dos municípios fronteiriços; e
9. Adequação dos sistemas de informação existentes (DATASUS) para o registro da população argentina residente na fronteira, de modo a coletar de dados epidemiológicos e indicadores de saúde que subsidiem o planejamento de políticas públicas.

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO

Durante a cerimônia de encerramento, destacou-se que será de responsabilidade do Cônsul brasileiro em Puerto Iguazú, na qualidade de Presidente deste Comitê, acompanhar os temas e as propostas levantadas no encontro.

Em seguida, teve início sessão plenária, na qual o Cônsul brasileiro leu Ata Final do Comitê de Integração Fronteiriça Bernardo de Irigoyen – Barracão – Dionísio Cerqueira e reiterou que os temas levantados nas comissões serão elevados à Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, presidida pelos Vice-Chanceleres. Por fim, procedeu à assinatura do documento.

Ambas delegações agradeceram a atenção e colaboração das autoridades locais e informaram que a próxima reunião será em Barracão/Pr, em data ser informada oportunamente pelas Chancelarias.

Por parte da República Federativa do Brasil:



Roland Stille
Cônsul brasileiro em Puerto Iguazú

Por parte da República Argentina:



Alejandro Verdier
Cônsul argentino em Florianópolis

**VII Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça
Bernardo de Irigoyen - Barracão - Dionísio Cerqueira
1 dezembro de 2015**

Lista de Participantes

Tenente Coronel Samir Wassouf	Polícia Militar do Paraná
Teniente Coronel Maria Trejo	Ejército argentino
Teniente Daniel Pena	Ejército argentino
Deiber Haefliger	PMSC
Everaldo José Raffaelli	PMPR
Vanderlei Soares	BMSC
Josué de Toledo	PMSC
Valter Solon Durigan	Secretaria de Receita Federal do Brasil
Beatriz Soarez	SCS - SC
Eila Labres	SDR - Gerência Saúde
Diogo Demarchi Silva	SES - SC
Sirlei Favero Cetolin	SES - SC/GERSA/SMO
Branca Bernardi	Poder Judiciário - Barracão
Cairo Q. Weichikowstu	Poder Judiciário - Barracão
João Patinho	Secretaria de Estado de Educação - SC
Teresita Turinetta	Dirección Nacional de Vialidad
Carlos A Baet	Dirección Nacional de Vialidad
Ivo Silveira	PRF
Diego Fernando da Silva	DNIT
Tarcizio A Sartori	ASCOAGRIN
Helio Vigaro Jr	Secretaria Regional de Bom Jesus
Lucy Silvestri	Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Marcelo Trevisani	Secretaria de Assuntos Internacionais - SC
Dirceu B Barbin	Prefeitura de Barracão
Feldron Jeres S	Camara de Comercio
Marcos Daniel Haeflienger	Fronteiras Cooperativas
1 Teniente Flavio Rizzi	PMPR
Major Giraldo	Batalhão de Fronteira PR
Bruo Alberto Wagner	Prefeitura de Barracão
Luiz Carlos Veronezes	Jornal de Fronteira
Consuelo Alejandra	INTA
Aden Claus C Pereira	Polícia Civil - SC
Célio Moreira Sutih	Ministerio de Ecologia
Aedo Antonio Desfauk	Polícia Militar
Luiz Alberto Galeano	Aduana argentina
Eric Issao Urateli	Polícia Civil - SC
Nolan Rafael Volkings	Corpo de bombeiro militar - SC